

Sugestões para a criação de empregos

por Pedro Cafardo
de São Paulo

Economistas de todos os conselhos regionais e do Conselho Federal de Economia reuniram-se no último fim de semana em São Paulo para elaborar um documento com proposta para a formação de uma política econômica para o País. Mas os relatos dos representantes dos vários estados, principalmente do Nordeste, foram tão drásticos que o documento acabou dando prioridade à sugestão de um plano de emergência para atenuar a situação de crise social.

Dentro do plano, a primeira iniciativa, segundo os economistas, seria a criação de novos empregos, através de frentes de trabalho urbanas e rurais. A inclusão da expressão frentes de trabalho no documento encontrou resistências de boa parte dos economistas, pelo seu caráter pejorativo (lembra as frentes do Nordeste, com salários muito inferiores a um salário mínimo).

Os trabalhadores das frentes imaginadas pelos economistas, porém, como explicou a este jornal o presidente do Conselho Regional de São Paulo, Luciano Coutinho, receberiam remuneração ao nível do salário mínimo. A falta de recursos, segundo ele, não é desculpa para impedir a iniciativa.

Para dar trabalho, por exemplo, a 2 milhões de pessoas, seriam gastos, por ano, algo em torno de Cr\$ 2,9 trilhões, recursos que poderiam ser obtidos no orçamento fiscal. "Defendemos a volta do déficit fiscal clássico. Desde que ele não seja brutal, como 20% do PIB, não faz mal a nenhum país, não é causa de inflação", diz Coutinho.

Mas o próprio financiamento do programa de emergência, como a retomada não inflacionária da economia, exige medidas financeiras e fiscais. O documento dos economistas defende a desindexação e a limitação da correção monetária pós-fixada plena apenas para a caderneta de poupança.

(Continua na página 3)

POLÍTICA ECONÔMICA

CALEN/EMERGÊNCIA

Sugestões para a criação de...

por Pedro Cafardo

de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

e para títulos públicos de longo prazo.

O plano de emergência inclui ainda o estabelecimento de um programa de oferta de alimentos básicos a preços reduzidos, a revo- gação do Decreto-lei nº 2.065 (política salarial) e a compatibilização das prestações dos mutuários do BNH à sua capacidade de pagamento.

Para a área externa, os economistas propõem mu- dança na postura de negociação para estancar a transferência de recursos para o exterior. A moratória seria utilizada apenas "se necessário".

As condições atuais das contas externas, ante a

possibilidade de um superávit de US\$ 12 bilhões na balança comercial, são bastante diferentes das do inicio do ano passado, quando havia uma verda- deira asfixia cambial. Os economistas alertam, po- rém, para o fato de que essa reversão decorreu basicamente das mudanças no mercado internacional, com a reativação da econo- mia norte-americana.

No setor interno, o docu- mento dos economistas su- gere, além da desindexa- ção, uma rigorosa reimpo- sição dos controles de pre-ços, o espaçamento do re-ajuste dos preços básicos ad- ministrados, as importa- ções de emergência para combater pressões altistas e o contingenciamento de ex- portações.

presas estatais, reescalonando-as ou materializando-as em aporte de capital, de for- ma a serem transformadas em passivo de longo prazo das au- toridades monetárias.

"Essas medidas de reforma fiscal e financeira permitirão desafogar a situação caótica das finanças públicas, espe- cialmente dos Estados e Mu- nicipios, abrindo o espaço para a execução do Programa de Emergência. Elas devem ser acompanhadas por uma política monetária e creditícia flexível, com redução imediata do patamar dos juros reais. Um certo nível de déficit fiscal, de natureza não financeira, deve ser admitido temporaria- mente como força anti- recessiva para propulsionar a reativação do gasto público, notadamente no campo social. Evidentemente, o elenco de medidas acima é incompatível com a política atual — superdi- tada pelo FMI — sendo impres- cindível abandoná-la.

"De outro lado, é absoluta- mente prioritária a desativa- ção dos perigosos mecanismos de generalização inflacionária atualmente instalados. A de- sindexação seletiva, com redu- ção simultânea das taxas de ju-ros, deve abrir o caminho para uma quebra das expectativas aceleracionistas. A rigorosa reimpo- sição dos controles de pre-ços, o espaçamento dos re-ajustes dos preços básicos ad- ministrados, o combate a pres- sões altistas sobre preços agrícolas através de importa- ções de emergência ou contingen- ciamento de exportações devem ser utilizados como in- strumentos para restabelecer a credibilidade da política anti- inflacionária. O desatrelamen- to da taxa de câmbio dos ativos e passivos internos permite, de outro lado, a preservação do realismo cambial, sem os gra- ves inconvenientes atuais.

"Nessas condições, será possível a recuperação econô- mica sem o risco de uma explo- são inflacionária. A subida do nível de emprego e de utiliza- ção da capacidade produtiva propiciaria a gradual recompo- sição dos salários reais. Entre- tanto, para alcançar esse obje- tivo é indispensável assegurar, desde logo, o direito de greve e plena liberdade sindical.

"No plano das relações fi- nanceiras externas, a retoma- da do crescimento requer a mudança da postura de negociação até agora adotada, bus- cando estancar a transferência de recursos reais para o ex- terior, com redução significativa nas taxas de juros e reescalonamento de prazos utilizando- se da moratória, se necessário. Ademais, a reativação da eco- nomia exigirá a expansão si- multânea das importações, sendo então indispensável pre- servar e ampliar no quanto for possível o nível de reservas cambiais do País. E importa- te também alertar que a rápida reversione do estado de asfixia cambial, em 1984, decorreu de condições excepcionais no mercado internacional, não sendo admissível que a proje- ção desse quadro sirva de base para a formulação de políticas de balanço de pagamentos.

"A retomada do crescimento deverá buscar a recuperação da taxa histórica de 6 a 7% ao ano, condição básica para uma expansão adequada do nível de emprego e da renda per capita. Essa expansão deverá assegurar, com base num processo de ampla participação social, a definição de políticas que re-

sultem numa significativa mel- horia nos padrões de distribui- ção de renda e de desenvolvi- mento regional.

"Por outro lado, a manuten- ção do crescimento em bases sólidas pressupõe que se com- plete o reordenamento nas áreas financeira e fiscal, com recuperação do princípio fede- rativo, e que se implementem transformações na estrutura agrária e no perfil industrial e tecnológico.

"A Assembleia Nacional Constituinte e o estabeleci- mento imediato das eleições diretas para a Presidência da Repú- blica constituem o caminho mais seguro para a construção da democracia que desejamos ir- reversível. Somente uma nova ordem democrática viabilizará um padrão de desenvolvimento econômico na direção de uma estrutura social justa que cor- respondia aos anseios da Na- ção."